



# Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de  
Admin. Pública  
para os devidos fins.

Em 14/03/17

Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Macedo  
Menezes  
para relatar.

Em 14/03/17

M. W. Macedo  
Presidente Comissão de Administração  
Pública



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

Gabinete Deputado Marden Menezes

## Comissão de Administração Pública

Processo: AL – 12459/2017 – Mensagem nº 02 - Projeto de Lei nº 02/2017.

Autor: Governador do Estado do Piauí

Relator: Deputado Marden Menezes

Assunto: **Altera os dispositivos da Lei nº 6.949, de 11 de janeiro de 2017 e dá outras providências.**

### DO RELATÓRIO:

A presente proposição de autoria do Governador propõe alterações na Lei do Processo Tributário nos artigos 90º, 97º e 100º, de modo a compatibilizá-lo com a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado, especialmente à atuação dos Procuradores do Estado no âmbito do Tribunal Administrativo dos Recursos Fiscais, evitando assim qualquer possibilidade de contradição entre esta e a Lei 6.949/2017, de 11 de janeiro de 2017.

É o relatório.

### DO PARECER:

Quanto à constitucionalidade o mesmo atende os preceitos inscritos nos artigos 73 e 75 na Constituição Estadual, bem como os pré-requisitos insertos no artigo 105 do Regimento Interno.

No que tange a parte regimental, o projeto sob análise atende aos preceitos insertos no artigo 34, II, “c” e 139, da Resolução Estadual nº. 429/10 (Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí).

No art. 97 da Lei, consta a seguinte redação,” Junto ao Tribunal atuará um Procurador ou seu suplente, com atribuições definidas em regimento, indicados pelo Governo, dentre os procuradores do quadro da Procuradoria

*Marden*



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

Gabinete Deputado Marden Menezes

Geral do Estado", Sofrendo alteração apenas da anulação da necessidade de se ter *Suplente*, junto ao Tribunal. Passando a ter a seguinte redação "Art. 97. Junto ao Tribunal atuarão Procuradores do Estado, designados pelo Procurador Geral do Estado dentre os integrantes da Procuradoria Tributária".

Em se tratando a alteração do art. 100 da Lei 6.949/2017, de 11 de janeiro de 2017, onde dispõe que Os Conselheiros e Secretário perceberão mensalmente, gratificação por sessão a que comparecerem correspondente a R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) por sessão, *não traduz alteração* do pedido inicial capaz de gerar prejuízos ao bom andamento dos trabalhos do Tribunal.

É nosso parecer, salvo melhor juízo desta douta Comissão de Administração Pública.

## VOTO:

Desta forma, o voto do relator é pela aprovação da matéria.

## SALA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Teresina, 03 de Maio de 2017

  
Deputado Marden Menezes

